



Juiz de Fora
Maio 2019
Nº 05

JORNAL DO Sinserpu

CSPB-FESERP-CSB
IMPRESSO

MANIFESTAÇÃO GIGANTE DE 15 DE MAIO PREPARA

Parque Halfeld

GREVE GERAL

**NO DIA 14 DE JUNHO, TODOS NA RUA
CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA!**

Por que parar no dia 14 de junho? A reforma quer nos tirar o direito à aposentadoria e nos empurrar para a previdência privada. A reforma vai afetar os mais pobres, pessoas que dependem integralmente desse benefício para sobreviver. A reforma não combate privilégios. Em 2017 você barrou a reforma da Previdência de Temer: agora é preciso combater a de Bolsonaro.



Avenida Rio Branco



Avenida Getúlio Vargas



Praça da Estação

EDITORIAL

A história anda para frente, mas no Brasil parece tomar o rumo contrário. Quem diria que as autoridades da República apostassem suas fichas na teoria medieval da Terra Plana? Para além das questões científicas, o governo Bolsonaro tem como política a instituição do retrocesso, que tem levado milhões à miséria extrema.

Não é preciso ir muito longe para se detectar graves problemas: quem aí ainda não percebeu o aumento assustador da população em situação de rua em Juiz de Fora? É que junto com as medidas retrógradas, a economia também dá ré, causando desemprego em massa. Segundo o IBGE, são

13,1 milhões de desempregados no Brasil. Como se não bastasse, Bolsonaro congela o salário mínimo, enquanto o preço do arroz, do feijão, do tomate e da batata, entre outros produtos de primeira necessidade disparam. E por falar em alimentos, em seus primeiros 100 dias de governo foram liberados 152 novos tipos de agrotóxicos entre eles 16 classificados como de alto risco toxicológico.

Além disso, há um projeto em andamento de destruição da educação e da cultura no país. Cortes de verbas das universidades públicas podem inviabilizar seu funcionamento. Crianças estão ameaçadas pelo fantasma do ensino à dis-

tância, que vai impedi-las do contato com professores e do convívio com os colegas. O governo também acabou com a participação da sociedade civil organizada nas gestões públicas. Como? Extinguindo conselhos, como o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Deficiente e o Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos. No desgoverno Bolsonaro volta a censura e finda os concursos. E, para piorar, tentam aprovar o fim da aposentadoria, por meio da compra de deputados a R\$ 40 milhões cada um, ao mesmo tempo em que planejam o fim do SUS. Parece um filme de terror, mas infelizmente não é filme, é terror mesmo.

Saúde e segurança foram temas da SIPAT do HPS



Saúde do servidor e segurança no trabalho foram temas da Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT) do HPS, realizada entre os dias 22 e 26 de abril. O evento contou com participação da diretoria do SINERPU-JF durante a abertura.

O presidente do sindicato, Amarildo Romanazzi lembrou sobre a importância da boa relação profissional-paciente no sentido de proporcionar um atendimento mais humanizado nos hospitais.

Vice-presidente da Cipa do HPS, uma das organizadoras da SIPAT e diretora do sindicato, Deise da Silva Medeiros também se posicionou ao final da palestra de inauguração. Segundo ela, “precisamos fazer uma limonada com os limões que colhemos todos os dias no nosso HPS! Não existe perfeição mas com certeza estamos fazendo o nosso melhor para valorizar o nosso trabalhador!”. Além dessa palestra aconteceram outras ao longo da semana que abordaram “Tabagismo”, “Doenças Coronarianas, Hipertensão e Diabetes”, além de “Depressão”.

Macas novas estão empilhadas em UBS; enquanto isso, HPS improvisa

Há mais de um ano, centenas de macas novas encontram-se empilhadas em salas da UBS de Monte Castelo. O SINERPU-JF procurou apurar as razões para que todo o material esteja naquele espaço, sem uso e ninguém soube explicar.



Eleição do CMAS é marcada por suspeita de irregularidade

O SINERPU-JF estuda medidas legais para estabelecer a normalidade jurídica do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS/JF). Membros da entidade denunciam que na última eleição para diretoria, no mês passado, foram eleitos como representantes, candidatos que ocupavam cargos na Administração Municipal, o que contraria o Regimento, entre outras irregularidades.

Segundo representantes do Conselho, a Comissão Eleitoral foi formada fora do prazo e com menos integrantes do que estabelece o Regimento Interno do CMAS. Eles ainda ignoraram a solicitação da sociedade civil de realizar uma consulta à Procuradoria Geral do Município para avaliar a legalidade da candidatura do único candidato apresentado naquele momento que também figu-

rava na Comissão Eleitoral nos Atos do Governo. A decisão contraria a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (Res CMAS 11/2015 artigo 5º, parágrafo 3º inciso V), que proíbe que o Serviço Único de Assistência Social não represente o usuário neste espaço. Essa determinação se refere a conflito de interesses no caso de denúncia ao Conselho referente à instituição, onde representantes de usuários mantenham vínculos empregatícios com a entidade.

Membros do conselho ressaltam que esse conselheiro com vínculo empregatício tornou-se presidente do CMA/JF, o que infringe a lei e compromete a paridade do conselho que estabelece representação em igualdade entre conselheiro governamental e da sociedade civil.

DEFICIÊNCIA Faltam canetas, pranchetas e computadores em UBSs

ACSs atuam sem condições de trabalho

Agentes comunitários de saúde (ACS) trabalham em situação precária em diversas UBS da cidade. Com missão fundamental de prevenção de doenças, promoção e proteção da saúde familiar, esses trabalhadores não têm o básico, como caneta, prancheta e mobiliário adequado e suficientes para elaborarem suas tarefas.

O serviço que se restringia às visitas domiciliares triplicou desde a implantação do Cartão SUS, há aproximadamente cinco anos. Com a informatização do sistema, chamada e-SUS, as demandas multiplicaram. “Temos que manter os arquivos, fazer cadastros domiciliar e individual, lançar no computador sem estrutura para isso”, diz uma agente comunitária de saúde.

CONDIÇÕES PRECÁRIAS As salas onde os agentes se reúnem não foram adaptadas para a nova função, muitas são pequenas, quentes no verão e com mofo no inverno. Diariamente, dezenas de agentes disputam cadeiras, mesas e pranchetas para darem conta do serviço. “Trabalhamos arduamente em condições precárias. Na maioria das vezes não conseguimos fazer tudo nas unidades básicas, por falta de computador e outros recursos, aí temos que levar serviço para casa”, conta outra profissional. Elas reivindicam o básico, como infor-



Sem espaço físico, ACSs se amontoam em mesinha

matização que atenda às necessidades, cadeiras com apoio para escrever, canetas. “Chego a ficar com dor nas costas por causa dessas cadeiras. Boto um encosto de cadeira quebrada atrás para proteger minha lombar,” explica uma terceira agente de saúde.

MAIS ESTRUTURA Todos os dias das 7h às 9h elas passam na sala de reuniões das unidades preenchendo planilhas, e-SUS, cartão SUS, atendendo

usuários, entregando consultas avisadas e não avisadas, etc. “Se tivéssemos estrutura mais adequada para o trabalho nossa resolutividade seria quase 100%”, comenta outra agente.

Os grupos informam que cada agente comunitário de saúde é responsável por 150 a 250 famílias da região. Para elas, desde que com condições adequadas de trabalho e remuneração decente, não teríamos problemas com a grande demanda de atendimentos e serviços.

PAS Conselheiros do Sinserpu-JF querem reduzir tarifa para quem ganha menos

Sindicato defende taxas mais justas no Plano de Saúde

Servidores que ganham salários mais baixos devem pagar menos

O SINSERPU-JF defende uma contribuição mais justa dos associados ao Plano de Assistência à Saúde (PAS). Em reuniões do Conselho de Gestão do plano, formado por representantes do governo e do sindicato (servidores), os conselheiros sindicais, Wilson Mattos e Saionara Apolinário, reivindicam atenção especial aos servidores com salários mais baixos. Proporcionalmente, hoje, esses servidores contribuem com percentual maior que aqueles que ganham mais.

METODOLOGIA INJUSTA De acordo com o diretor do sindicato, Wilson Mattos, os servidores associados ao PAS que ganham menos contribuem com 6% de seu salário. “O menor valor da mensalidade cobrado para o titular que adere ao plano é de R\$ 57,24. Mas a Administração quer aumentar essa taxa para R\$ 85,68. Ou seja, quer reajustar o valor em 50%, mantendo os 6% de desconto na folha.”

Segundo ele, os servidores com salários mais alto contribuem com um teto fixo de R\$ 210,20 e não com 6%, como acontece com aqueles que ganham menos. O último reajuste para quem paga o teto nas mensalidades do PAS aconteceu em 2015.

Os servidores associados ao plano que

contribuem hoje com 6% (aqueles que recebem de R\$ 1.030,65 até R\$ 3.503,33) tiveram suas mensalidades reajustadas todas as vezes em que houve correção salarial. Já aqueles que recebem acima do teto, cuja mensalidade é de R\$ 210,20 tiveram correção salarial, mas a mensalidade do plano foi mantida, independente dos reajustes. Quanto ao descredenciamento de clínicas e médicos, os conselheiros do sindicato estão atentos para manter a qualidade do plano de saúde dos servidores. “Analisamos planilhas e definimos comissão para formular propostas de reajuste do plano para que este atenda os anseios dos servidores que ganham menos sem que também haja prejuízos para os de faixas salariais mais altas”, comentam os representantes do plano no Conselho.

EM ASSEMBLEIA Servidores encerram Campanha Salarial 2019

Servidores aprovam proposta da Administração

Veja o que foi aprovado!

Servidores em assembleia aprovaram a contraproposta da Administração municipal. Sendo assim, o IPCA referente ao período de janeiro a dezembro de 2018, de 3,75%, só será pago a partir de 1º de dezembro de 2020. Por outro lado, o IPCA deste ano estará garantido em 1º de janeiro de 2020.

A Administração assegura, também, a manutenção do pagamento da reposição completa para as classes inseridas nos padrões de vencimentos que ainda não tiveram a reposição completa do triênio. O pagamento será efetuado em janeiro de 2020.

Com relação ao vale alimentação, haverá um reajuste para se atingir R\$250 a partir do mês de abril de 2019, a ser creditado em maio deste ano. Para que o vale alimentação alcance o valor de R\$ 300 a partir de 2020, os reajustes serão feitos da seguinte forma: acréscimo para R\$275, equivalen-



Propostas aprovadas pela grande maioria

te a 10%, a partir do ticket do mês de janeiro de 2020 a ser creditado em fevereiro. Já o reajuste do ticket relativo ao ano de 2021 também será antecipado para o mês de janeiro de 2020. Na prática, a partir de fevereiro de 2020 o vale alimentação

passará a valer R\$ 300. A Administração garante, ainda, que caso em 2020 e 2021 o IPCA supere o aumento global dos índices concedidos poderão acontecer novas negociações. A íntegra das definições poderá ser vista pelo site: sinserpujf.com.br.

VIOLÊNCIA Usuários descontam frustrações em funcionários da PJF

Agressões a servidores disparam

Sindicato cobra presença da Guarda Municipal para amenizar o problema

Mais uma servidora é vítima de agressão praticada por usuária do SUS. Somente este ano foram quatro casos de violência física contra funcionários municipais de atendimento ao público. Desta vez, uma enfermeira da UBS de Monte Castelo, de 65 anos, levou socos e escoriações de uma mulher de 29 anos, que estaria em busca de atestado médico. De acordo com o boletim de ocorrência da Polícia Militar, quando a enfermeira virou as costas foi surpreendida pela reação da usuária, tendo sido socorrida por colegas da unidade. O fato aconteceu no último dia 29 e no dia 30, pela

manhã, a UBS ficou fechada, devido à insegurança da equipe.

SEM SOLUÇÃO Desde que tomou conhecimento da primeira denúncia de agressão de servidores, o SINSERPU-JF tem buscado solução para o problema junto à Administração.

Este ano, aconteceram três reuniões em torno da pauta com o Executivo, mas, embora dizendo reconhecer as dificuldades, os representantes não apresentaram solução.

O SINSERPU-JF cobra presença da Guarda

Municipal nas unidades de saúde, como medida imediata para conter as agressões.

O presidente do sindicato, Amarildo Romanazzi, observa que os setores que fazem atendimento ao público ficam expostos a situações de violência. “Em tempos de crise, as pessoas tendem a ficar mais irritadas e sem paciência, daí o crescimento de registros de agressões na área de serviço público de saúde.”

O SINSERPU-JF pretende insistir nas negociações até conseguir mais segurança para que servidores realizem seus trabalhos em paz.

Facebook: Sinserpu JF Instagram: Sinserpu-JF
Site: sinserpujf.com.br